

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 44 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.8271585>



REVISITANDO A “SAÚDE MENTAL, POLÍTICAS SOCIAIS E DEMOCRACIA”

Anailda Fontenele Vasconcelos¹

Loyane Ellen Silva Gomes²

Resumo

O livro “Saúde Mental, Políticas Sociais e Democracia” escrito por autores renomados da psicologia e ciências sociais, traz através da perspectiva interdisciplinar a complexa relação entre a saúde mental e o contexto político e social vivenciado pela sociedade. A relevância do tema não pode ser subestimada, especialmente considerando o cenário global de desafios emocionais acentuados pela COVID-19. Assim, com a crescente preocupação do bem-estar psicológico, a obra oferece uma análise crítica sobre as políticas sociais e sua influência na abordagem da saúde mental e de como a democracia pode impactar as políticas públicas relacionadas. Com base nessa contextualização, a resenha objetiva analisar o livro e refletir a importância da contribuição para debates mais informados e conscientes sobre a importância de políticas públicas que priorizem o bem-estar psicológico e a inclusão social.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Inclusão Social; Política Pública; Saúde Mental.

Abstract

The book “Mental Health, Social Policies and Democracy” written by renowned authors from psychology and social sciences, brings through an interdisciplinary perspective the complex relationship between mental health and the political and social context experienced by society. The relevance of the topic cannot be underestimated, especially considering the global scenario of emotional challenges aggravated by COVID-19. Thus, with the growing concern of psychological well-being, the work offers a critical analysis of social policies and their influence on the approach to mental health and how democracy can impact related public policies. Based on this context, the review aims to analyze the book and reflect on the importance of contributing to more informed and conscious debates about the importance of public policies that prioritize psychological well-being and social inclusion.

Keywords: Human Rights; Mental Health; Public Policy; Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 causou um impacto significativo na saúde mental das pessoas em todo o mundo. O isolamento social, o medo da doença e as mudanças drásticas no estilo de vida foram fontes de estresse, ansiedade e depressão para muitos indivíduos. O isolamento social necessário para conter a propagação do vírus trouxe consigo o isolamento emocional, levando a sentimentos de solidão e desespero. O medo da doença, a incerteza sobre o futuro, o lidar com a finitude própria e alheia, bem como as consequências socioeconômicas desse período, resultaram em índices de ansiedade generalizada na população.

O acesso a serviços de saúde mental já era um desafio antes da pandemia, e a crise agravou essa situação. Os sistemas de saúde ficaram sobrecarregados, direcionando recursos para a resposta imediata à COVID-19 e deixando em segundo plano os serviços de saúde mental. A falta de políticas claras para

¹ Enfermeira. Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: anaildafontenelevasc@gmail.com

² Psicoterapeuta. Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: psiloyanegomes@gmail.com



proteger e priorizar esses serviços resultou em consultas canceladas, terapias interrompidas e um vazio de apoio para quem precisava urgentemente.

Enquanto a atenção mundial se concentrou nas implicações físicas do vírus, os efeitos colaterais na saúde mental se intensificaram, exacerbados pela falta de políticas sociais robustas para abordar essa questão. Nesse sentido, Gustavo Zambenedetti e Kátia Alexandra dos Santos, organizaram o livro "Saúde Mental, Políticas Sociais e Democracia", o qual revelou-se em grande relevância e profundidade, abordando de maneira abrangente e crítica a interseção entre saúde mental, políticas sociais e a democracia em sociedades contemporâneas. Escrito por autores renomados no campo da psicologia e ciências sociais, a obra se divide em dez capítulos em que cada um buscou trazer uma análise profunda sobre os desafios e possibilidades relacionados ao cuidado da saúde mental em contextos políticos e sociais diversos.

Como início, Zambenedetti faz uma introdução sobre panorama histórico da saúde mental, destacando como a concepção sobre o tema evoluiu ao longo do tempo. Ele destaca ao longo do tópico que ao abordar as antigas práticas de exclusão e tratamentos desumanos, evidencia-se como ao longo dos séculos as pessoas com problemas de saúde mental foram frequentemente marginalizadas, estigmatizadas e sujeitas a abordagens cruéis, o que inclui o confinamento em instituições degradantes, práticas de isolamento forçado e tratamentos desprovidos de ética.

Assim, trazendo um resgate prévio sobre os escritos que cada autor debruçaram sobre a obra, o primeiro capítulo intitulado de "Saúde Mental, Políticas Sociais e Democracia: qual memória precisamos afirmar como resistência?", de autoria de Magda Dimenstein, oferece uma exploração profunda da intrincada relação entre história, políticas sociais, democracia e saúde mental. Com um título provocativo, o capítulo incita à reflexão sobre como as políticas sociais moldaram a abordagem à saúde mental ao longo do tempo e como a democracia exerceu influência nesse processo. Então, aprofunda-se na importância de recuperar e reinterpretar a memória coletiva como forma de resistência, questionando estigmas e narrativas históricas que marginalizam aqueles que vivenciam transtornos mentais.

Além disso, o capítulo investiga os impactos da interação entre memória, políticas sociais e democracia na contemporaneidade, abordando a acessibilidade aos serviços de saúde mental, a representatividade das vozes individuais no contexto democrático e suas implicações para uma sociedade mais inclusiva e justa. Com uma abordagem interdisciplinar, a autora buscou fornecer uma análise aprofundada e provocativa sobre os desafios e possibilidades da interseção entre saúde mental, políticas sociais e os fundamentos democráticos.



Desse modo, é válido destacar, que a abordagem interdisciplinar é uma das principais forças descritas no livro, pois os autores não se limitam a discutir questões puramente clínicas ou políticas, mas também abrangem a necessidade do compromisso conjunto, bem como a relevância dos aspectos socioculturais e históricos, permitindo assim, que o leitor compreenda a complexidade do tema de forma mais ampla e enxergue as interações entre diferentes elementos que afetam a saúde mental de uma sociedade.

O segundo capítulo nomeado de "Luta Antimanicomial, Democracia e Resistência", escrito por Ana Marta Lobosque, aborda a conexão vital entre a luta antimanicomial, os princípios democráticos e o ato de resistir a práticas institucionais que historicamente marginalizaram e estigmatizaram pessoas com transtornos mentais. A autora explora como a luta antimanicomial se encaixa dentro do contexto da democracia, defendendo a inclusão, a dignidade e os direitos humanos. Traz ainda uma discussão sobre como a resistência ativa às abordagens tradicionais de tratamento psiquiátrico desempenha um papel crucial na promoção de mudanças sociais mais amplas e na criação de um ambiente de saúde mental mais humanizado e inclusivo.

A autora usa ainda de seus escritos para falar sobre como os princípios democráticos de igualdade, participação e respeito pelos direitos individuais estão intrinsecamente ligados à luta antimanicomial, em que envolve uma análise das políticas públicas, movimentos sociais e legislação que surgiram para desafiar os tratamentos coercitivos e a exclusão das pessoas com transtornos mentais. Além disso, o capítulo destaca casos de sucesso onde a implementação de abordagens não institucionais e baseadas na comunidade demonstrou ser benéfica para a saúde e a reintegração social dos indivíduos, o que constrói uma sociedade mais justa e igualitária.

Fazendo um adendo, um ponto alto do livro é a reflexão sobre essas questões democráticas, pois pode tanto contribuir para a garantia de direitos e a promoção do bem-estar psicológico, como também, pode se tornar um terreno fértil para a negligência e violação dos direitos das pessoas com problemas de saúde mental. Nesse sentido, são abordados os desafios enfrentados na formulação e implementação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

Refletindo tais contextos, a luta por uma saúde mental inclusiva, democrática e baseada em direitos humanos é uma tarefa contínua que exige o envolvimento de toda a sociedade e o compromisso de garantir que todas as pessoas tenham acesso a cuidados adequados e respeito por sua dignidade e autonomia. A defesa da saúde mental e da democracia é uma responsabilidade coletiva que precisa ser constantemente reafirmada e fortalecida para garantir um futuro mais justo e saudável para todos.

O terceiro capítulo: "Análise e Psicoterapia Institucionais/Políticas Públicas de Saúde Mental: que contribuições, que interações?", escrito por Sébastien Pesce, lança luz sobre a intrincada relação



entre as abordagens terapêuticas institucionais e as políticas públicas de saúde mental. O autor examina as contribuições únicas que terapias como análise e psicoterapia podem oferecer ao campo das políticas públicas e como essas abordagens terapêuticas podem enriquecer as estratégias governamentais de cuidado mental.

Os escritos do capítulo também revelam as complexidades existentes das interações entre terapias institucionais e políticas públicas, delineando onde colaborações bem-sucedidas ocorreram e como tensões potenciais podem surgir. Ao explorar o impacto dessas interações no cenário da saúde mental, Sébastien Pesce busca oferecer uma análise perspicaz sobre como as abordagens terapêuticas podem moldar e ser moldadas pelas políticas públicas de saúde mental, desvendando assim um panorama mais completo e interconectado.

A transição para abordagens mais científicas e médicas também é examinada. Com o surgimento da psiquiatria como disciplina médica, houve um deslocamento da perspectiva mística para uma análise mais fundamentada em evidências sobre os transtornos mentais. Esse avanço representou um ponto de inflexão na compreensão da saúde mental como uma área que poderia ser tratada e estudada de maneira mais sistemática. Os movimentos de reforma, que ganharam força em diferentes períodos, são outra dimensão explorada. Esses movimentos buscaram melhorar as condições das pessoas com problemas de saúde mental, reformando as instituições asilares e promovendo tratamentos mais humanizados. O foco nas reformas expressa uma crescente conscientização sobre a importância da dignidade e do respeito pelos direitos das pessoas com transtornos mentais.

Essa mudança tem sido impulsionada por avanços na psicologia e psiquiatria, bem como na compreensão do funcionamento da mente humana. A emergência de movimentos de direitos humanos e a voz crescente das pessoas com experiências na área também desempenharam um papel fundamental na promoção de tratamentos mais dignos e na destigmatização do assunto.

O quarto capítulo designa em "Contribuições Institucionalistas para Análise de Políticas Públicas de Saúde", de autoria de Cinira Magali Fortuna, em que revisita a relevância das perspectivas institucionalistas na análise das políticas públicas de saúde. A autora investiga como as teorias institucionalistas, que enfatizam as estruturas e normas subjacentes das instituições, podem lançar luz sobre a compreensão das políticas de saúde. O capítulo explora como as instituições moldam a tomada de decisões e a implementação das políticas de saúde, considerando fatores políticos, culturais e estruturais que influenciam o cenário das políticas públicas de saúde.

Ao analisar exemplos concretos, a autora ilustra como a aplicação das contribuições institucionalistas pode levar a uma análise mais profunda e informada das políticas públicas de saúde,



contribuindo para aprimorar a eficácia e a compreensão das complexas interações entre instituições e saúde pública.

O quinto capítulo "Controvérsias na Política e na Atenção às Pessoas que Fazem Uso/Abuso de Álcool e Outras Drogas: Paralelo entre Uruguai e Brasil. Notas sob Políticas de Drogas, Processos Civilizatórios e Violência em Tempos Necropolíticos", escrito por Marcelo Rossal, mergulha em uma análise comparativa entre as abordagens de Uruguai e Brasil em relação ao uso e abuso de álcool e outras drogas, explorando as complexas controvérsias que envolvem políticas de drogas, considerando diferentes processos civilizatórios e o papel da violência em contextos políticos contemporâneos.

Esse capítulo examina como Uruguai e Brasil abordam a questão do uso de substâncias, explorando possíveis semelhanças e diferenças nas políticas adotadas. Rossal analisa os enfoques de redução de danos, repressão, prevenção e tratamento, comparando seus impactos nas comunidades e nas pessoas afetadas. O paralelo entre os dois países lança luz sobre como diferentes processos civilizatórios, históricos e sociais moldam abordagens distintas para lidar com a problemática do uso de drogas. O autor ainda lança o conceito de "necropolítica", abordando por meio de escrita crítica como as políticas de drogas podem estar interligadas com questões mais amplas de violência e poder em contextos contemporâneos.

Logo, é fundamental que a sociedade e os governos priorizem tal questão como um aspecto necessário de saúde pública. Isso envolve a promoção de políticas que garantam o acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade, bem como o combate ao estigma e à discriminação. A defesa da democracia e da participação cidadã também são essenciais para garantir que as políticas de saúde mental sejam formuladas com base na ciência e nas necessidades reais da população.

O sexto capítulo, nomeado como "A epidemia do uso de antidepressivos, consumos e identidade", foi redigido por Marcelo Kimati Dias e desperta discussões importantes no que versa advertir a população sobre o uso desenfreado de antidepressivos, sem ao menos ter adequada prescrição médica.

Seguindo por esse caminho, vale reforçar a criticidade em face da medicação de uma existência, sem sequer tê-la apresentado como alternativa o acesso aos acompanhamentos profissionais de ordem psiquiátrica ou, principalmente, psicológica. Em caráter de epidemia, é fundamental pensar que ainda há como responder de forma preventiva aos agravos de saúde, resta assim repensar quais estratégias devem necessariamente ser utilizadas para tanto.

O sétimo capítulo, na ocasião apresentado pelo título "Mulheres em situação de rua não deixam de ser mulheres: vulnerabilidade social, dispositivo amoroso e sofrimento psíquico", de autoria de Iara Flor Richwin e Valeska Zanello, apresenta sobre a importância de avaliar processos de adoecimento



psíquico, saúde mental e subjetividade por meio de um olhar interseccional, que seja menos individualizante e, por conseguinte, perceber que marcadores sociais como raça, gênero e classe são significativamente valiosos para o processo de entender esquemas de subjetivação, especialmente, nesse caso, no que tange reconhecer os processos de subjetivação de mulheres em situação de rua que, por vezes, podem “aceitar” a violência de um parceiro específico por entender que tal vínculo demarca um sistema de violência-proteção, onde ser violentada por um pode ser menos pior que ser violentada por vários.

O oitavo capítulo tem como título “O acolhimento à crise e o desafio na Atenção Psicossocial” e foi elaborado por Volnei Antonio Dassoler, a intencionalidade deste capítulo transitou pela ideia de abordar pormenores do acolhimento diante de uma crise e, por conseguinte, apontar como o funcionamento em rede trata-se de um caminho mais acertado para ofertar tal acolhimento e enfatizando que a óptica individualizante não é mais uma alternativa, assim como nunca deveria ter sido. Ainda que a crise seja de ordem mais latente, há, obviamente, outros fatores e características desse indivíduo que precisam de reconhecimento e devido acolhimento, uma vez que estes são pontos norteadores para compreender como a crise se apresenta.

O nono capítulo, que atende pelo título “Saúde Mental e Atenção Psicossocial em situações de desastre: conceitos, impactos e planos de cuidado” foi elaborado por Débora da Silva Noal, Carlos Machado de Freitas e Beatriz Schmidt, ambos dedicados à escrita conceitual sobre os constructos apresentados, mas, sobretudo, comprometidos em apontar que a saúde mental em especial diante de uma situação de desastre deve ter como foco, principalmente, a prevenção, no que tange o durante e pós-desastre, em razão deste ser compreendido como um caminho garantidor do cuidado integral à população.

Por fim, o décimo capítulo, nomeado como “Saúde Mental Infanto-Juvenil e direitos humanos: breves provocações a partir da intersectorialidade e da interseccionalidade”, foi elaborado por Ricardo Lugon Arantes e trata-se de um capítulo que aponta diferentes caminhos, alternados ou concomitantes, para possibilitar índices palpáveis de saúde mental, em especial no que diz respeito à fase infantojuvenil, que trata-se de uma etapa transitória do desenvolvimento vital e, portanto, para haver qualidade de vida é significativo contar com ações em diferentes contextos nos quais o determinado indivíduo é acolhido.

Além disso, fazendo um panorama da obra, percebe-se que o autor, assim como os outros, não só se contenta em expor os problemas e as deficiências do sistema, mas, em conjunto de outros colaboradores, também apresenta propostas e sugestões concretas para aprimorar as políticas sociais, tornando essas perspectivas propositivas na inspiração de mudanças e promoção de debate mais construtivo.



No entanto, apesar das muitas qualidades do livro, algumas lacunas podem ser observadas, como visualizado em qualquer outra obra. Alguns apontamentos que poderiam ser considerados para melhorar o livro incluem uma maior diversidade de perspectivas, pois embora o livro seja interdisciplinar, como já citado ao decorrer do texto, algumas seções podem exigir um conhecimento prévio mais aprofundado para serem totalmente compreendidas, o que talvez poderia se beneficiar e/ou resolver ao incorporar uma variedade ainda maior de perspectivas, incluindo vozes de grupos marginalizados e comunidades afetadas pelas políticas de saúde mental. Isso, por sua vez, pode proporcionar uma visão mais abrangente e inclusiva.

Outro ponto seria a inclusão de estudos de caso detalhados, pois poderia enriquecer a análise, ilustrando as implicações das políticas sociais na saúde mental em contextos específicos, permitindo que os leitores compreendessem melhor as nuances e os desafios práticos enfrentados em diferentes realidades regionais e culturais. Ainda, tal questão possibilitaria trazer a inclusão de perspectivas de profissionais e usuários dos serviços, fazendo com que essas contribuições diretas e pontos de vista práticos, trouxesse uma perspectiva mais vivencial ao tema.

Em suma, mesmo diante de alguns apontamentos críticos, o livro se trata de uma obra valiosa que examina criticamente as propostas concretas de políticas sociais relacionadas à saúde mental, tornando uma leitura instigante e necessária, indicada não apenas para profissionais da área, mas também para qualquer pessoa interessada em compreender e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a saúde mental seja tratada com a seriedade e a humanidade que merece. A leitura desse livro é uma oportunidade de expandir os horizontes sobre esse tema crucial e se engajar em debates relevantes para o avanço do cuidado da saúde mental em nossas comunidades.

REFERÊNCIAS

ZAMBENEDETTI, G.; SANTOS, K. A. (orgs.). **Saúde Mental, Políticas Sociais e Democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2022, 204 p.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 44 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima